



Processo Administrativo nº 025/2025.

Requerente: Thauaná Bispo dos Santos (boi do competidor Ronald Gonçalves)

Requeridos: Anderson Rocha de Andrade (Juiz de Pista)

Adelvan de Oliveira Santos (Juiz da Alternativa)

Oziel Gonçalves (Juiz da Alternativa)

Raimundo Silva (Juiz da Alternativa)

DECISÃO

Tratam-se os autos de Processo Administrativo aberto por solicitação do Sr. Thauaná Bispo dos Santos, através de Formulário Próprio encaminhado à ABVAQ na data de 07/04/2025.

Na denúncia o requerente atesta, em síntese, ao julgar o boi do competidor Ronald Gonçalves de Souza, senha 1099, durante a disputa da categoria aspirante na vaquejada do Parque Santo Alberto (Arena AC), realizada na data de 06/04/2025, na cidade de Biritinga/BA, o primeiro requerido julgou o boi zero, sob a justificativa de que, ao ser deitado pelo competidor, tocou a primeira faixa de pontuação com partes superiores, julgamento esse ratificado pela comissão alternativa compostas pelos demais requeridos. Segundo o requerente, o boi foi julgado errado, pois, no seu entendimento, não tocou a primeira faixa com partes superiores do corpo.

Diante de suas alegações, o requerente pleiteou à ABVAQ a abertura de Processo Administrativo para apurar o desempenho técnico dos requeridos e, ao final, em sendo constatado erros de julgamento, a aplicação de punição prevista no Regulamento Geral de Vaquejada.

Após recebimento da denúncia, o Presidente da ABVAQ nomeou a presente Comissão Disciplinar Processante, composta por três membros, sendo o ora relator e os demais componentes abaixo assinados, para apuração e julgamento da referida denúncia.

Em reunião realizada na data de 10 de abril do corrente ano, esta Comissão Disciplinar Processante, determinou as citações/intimações dos requeridos, para integrarem ao presente processo administrativo, bem como, apresentarem defesa com as



provas cabíveis no prazo de 10 dias. Em ato contínuo, determinou encaminhamento de Ofício ao Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ, solicitando parecer acerca do julgamento do boi pelos requeridos.

O requerido Adelvan de Oliveira Santos apresentou defesa alegando ser parte ilegítima para figurar no polo passivo do presente processo administrativo, por não ter participado do julgamento do boi em questão, já que estava em seu horário de descanso.

O requerido Anderson Rocha de Andrade apresentou defesa afirmando, em preliminar, não ter a parte requerente interesse de agir, por se “tratar de mero inconformismo do representante”. No mérito, afirma que julgou o boi em observância as regras da ABVAQ.

O requerido Oziel Gonçalves, em sua defesa, afirmou, em síntese, que julgou o boi zero em razão do mesmo, ao ser deitado pelo puxador, ter tocado a primeira faixa com partes superiores.

Já o requerido Raimundo Silva, apesar de regulamente citado e intimado, não apresentou defesa.

Na data de 23/05/2025 o Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ, opina no sentido de que os julgamentos do boi, objeto do presente processo, foram corretos, de acordo com o RGV e MJB da ABVAQ. Destacando em sua conclusão que: ***“Pelo exposto, e pelos fundamentos apresentados, temos que a conduta dos juízes de vaquejada envolvidos no julgamento proferido tanto na pista quanto pela Comissão Alternativa em relação ao boi objeto dos autos deste PA 025/2025 foram corretas e alinhadas com as normas previstas nos artigos 19 do RGV e 11º e 15º do MJB da ABVAQ.”***

Esse é o breve relatório.

Passamos a decidir:

De início, entende esta Comissão que o presente processo está pronto para julgamento, não havendo necessidade de mais dilação probatória, uma vez que a mídia juntada aos autos (vídeo oficial da apresentação), o parecer exarado pelo Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ, as defesas apresentadas pelos requeridos Anderson Rocha de Andrade, Adelvan de Oliveira Santos e Oziel Gonçalves, bem como a ausência de defesa pelo requerido Raimundo Silva (revelia), elidem a necessidade de produção de novas provas.

No que diz respeito a não apresentação da defesa pelo requerido Raimundo Silva, esta Comissão Disciplinar Processante reconhece a revelia do mesmo. Contudo, entende necessário e prudente avaliar os respectivos efeitos da revelia, com base nas



provas dos autos, em especial as mídias da apresentação, o parecer apresentado pelo Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ e as defesas apresentadas pelos demais requeridos.

No que pese a preliminar de ilegitimidade passiva apresentada pelo requerido Aldevan de Oliveira Santos, decide esta Comissão Disciplinar Processante por seu conhecimento e acolhimento, já que o referido requerido não participou do julgamento do boi em questão.

Já em relação a preliminar de falta de interesse de agir, apresentada pelo requerido Anderson Rocha de Andrade, entende esta Comissão **pelo não acolhimento** da mesma, uma vez que o art. 24, do RGV concede ao requerido o direito de, não concordando com o julgamento realizado pela Comissão Alternativa, solicitar à ABVAQ abertura de Processo Administrativo para análise de desempenho técnico dos profissionais envolvidos no julgamento do boi e, em sendo constatado erro, aplicação de penalidade nos termos do art. 36 do RGV.

Ultrapassada as questões preliminares, passamos ao mérito da demanda.

A denúncia, de forma inicial, versa sobre supostos julgamentos equivocados pelos requeridos, sob a alegação fática de que não foram observadas as regras contidas no Regulamento Geral de Vaquejada e Manual de Julgamento de Boi da ABVAQ, uma vez que, na visão do requerente, o boi não tocou a primeira faixa com partes superiores, o que não caracterizaria zero a apresentação.

O MJB e o RGV, trazem, em alguns dos seus dispositivos, regras que se aplicam ao presente caso.

O MJB, em seu art. 11 estabelece:

“Art. 11. A primeira faixa de pontuação é intocável pelas partes superiores do boi.

a) É considerada parte superior do boi a linha imaginária onde se localiza o jarrete (joelho ou parte seca) para cima.”

Já o Regulamento Geral de Vaquejada, no Parágrafo Primeiro do art. 19, assim dispõe:

“Art. 19 (...)

Parágrafo Primeiro: A primeira faixa de pontuação é intocável pela parte superior do boi, considerando superior a parte que fica do jarrete para cima (coxão) e parte inferior, do jarrete para baixo (perna).”



Da leitura dos textos acima transcritos, resta claro que a primeira faixa de pontuação não é intocável, contudo, para ser válida a apresentação o boi, ao ser deitado, **não pode tocar a primeira faixa com suas partes superiores, ou seja, do jarrete para cima.**

Observando o vídeo da apresentação e as imagens abaixo destacadas, somando-se a tudo isso o parecer apresentado pelo Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ, verifica-se que o boi ao ser deitado toca com partes superiores a primeira faixa de pontuação. Dessa forma, o julgamento correto é de fato zero, já que, conforme dito, a primeira faixa de pontuação é intocável com as partes superiores do boi.

Vide as imagens abaixo retiradas do Parecer exarado pelo Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ, formado por 03 (três) juízes credenciados:



Nesta imagem 4, acima, durante a ação da puxada as partes superiores do corpo do boi estavam encostando na primeira faixa de pontuação, o que ocasionou o insucesso desta apresentação.

Assim, não há dúvidas de que o julgamento proferido pelo juiz de pista foi correto, assim como a ratificação feita pela comissão alternativa.



Diante do exposto, esta Comissão Disciplinar Processante, por unanimidade, acolhe a preliminar de ilegitimidade passiva do requerido Adelman de Oliveira Santos, extinguindo em relação ao mesmo. No mais, com fulcro no art. 24 do RGV, rejeita a preliminar de falta de interesse de agir apresentada pelo requerido Anderson Rocha de Andrade. E, ainda, reconhece a revelia do requerido Raimundo Silva, contudo, deixa de aplicar-lhe os seus efeitos, conforme fundamentado nesta decisão. Por fim, também a unanimidade, julga **IMPROCEDENTE** a denúncia apresentada pelo requerente, uma vez que os julgamentos proferidos pelos requeridos foram corretos e de acordo com as normas previstas no Regulamento Geral de Vaquejada e no Manual de Julgamento de Boi da ABVAQ.

Remeta-se a presente decisão ao Presidente da ABVAQ, para análise e posicionamento, nos termos do art. 37 do Regulamento Geral.

Após decisão do Presidente, em caso de validação, expedir mandados de intimações das partes, bem como encaminhar ofício ao setor de TI da ABVAQ para devida publicação no site da associação.

João Pessoa/PB., 26 de maio de 2025.

Presidente da Comissão

Membro da Comissão



Membro da Comissão